

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA

Gustavo Cristiano Sampaio¹
Marcos Junior Marini²
Miguel Angelo Perondi³

Área de conhecimento: Ciências Econômicas.

Eixo Temático: Economia Regional.

RESUMO

As discussões acerca do desenvolvimento regional tem se intensificado nos últimas décadas, principalmente nos países considerados em desenvolvimento. Os avanços desses estudos tem trazido a tona outros aspectos, além do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o papel dos atores sociais é cada vez mais evidente dentro desse panorama e o capital social torna-se um fator importante em relação ao desenvolvimento local, regional ou endógeno. Sob essa perspectiva, este trabalho tem o objetivo de analisar a relação do binômio capital social e desenvolvimento regional em dissertações pesquisadas em bases acadêmicas brasileiras. Esta pesquisa classifica-se como uma pesquisa explicativa, baseada no método bibliográfico. A interpretação dos dados baseou-se numa análise documental, a partir de fontes secundárias coletadas em repositórios e bases de dados acadêmicas disponibilizadas em ambiente eletrônico disponível na *web*. Os resultados revelam que não há muitas discussões que relacionam o capital social ao desenvolvimento regional. Porém, evidenciam que há uma crescente discussão a respeito destas temáticas nos programas de pós-graduação na área de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Capital social. Desenvolvimento regional. Análise bibliométrica.

1. INTRODUÇÃO

A partir de meados do século XVIII, ocorreu a rápida expansão do sistema capitalista. Tais transformações foram impulsionadas por uma mudança radical do significado do saber que vinha-se gerando na Europa desde o início do século XVIII. O saber se diferenciava da capacidade de fazer ou transformar o meio. Posteriormente, em uma segunda fase, que começou por volta de 1880 e se prolongou até a segunda guerra mundial, o saber foi aplicado ao próprio processo de

¹ Professor da Universidade do Contestado - Campus Curitibaanos – Santa Catarina. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Pato Branco – Paraná. E-mail: gu_sampaio@hotmail.com.

² Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco – Paraná. Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. E-mail: marini@utfpr.br.

³ Professor da Unversidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco – Paraná. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. E-mail: miguelangeloperondi@gmail.com.



trabalho, o que levou a uma decisiva revolução da produtividade. Isso possibilitou reduzir o poder dos trabalhadores manufatureiros e submetê-los à disciplina da fábrica e à execução do trabalho de forma precisa com ferramentas adequadas, na qual FW. Taylor chamou de organização científica do trabalho (ALBUQUERQUE, 1998).

Estamos vivenciando a segunda grande transformação da nossa história. Depois da Revolução Industrial, vivemos hoje na Era da Revolução da Informação. O fato é que a globalização, aliada pelas novas descobertas e transformações em relação às tecnologias da informação, está modificando profundamente economias, mercados e estruturas setoriais; os produtos e serviços e seu fluxo; a segmentação, os valores e o comportamento dos consumidores; o mercado de trabalho de trabalho. As grandes transformações ocorreram também na maneira em que as organizações se articulam e a força motriz do desenvolvimento.

Contudo, depois da segunda guerra mundial se iniciou, de fato, uma terceira fase nesta sequência da aplicação do “saber”. Neste caso, tratava-se da aplicação do saber ao próprio saber, o qual deu lugar a uma verdadeira “revolução da gestão”. Proporcionar saber para averiguar como usar o saber existente para produzir resultados é, em resumo, o significado da “gestão”. Além disso, o saber pode aplicar-se de forma sistemática para determinar novo saber de que se precisa, se é factível e o que se deve fazer para que seja eficaz (ALBUQUERQUE, 1998, p. 19).

A concepção de desenvolvimento econômico baseado no modelo da administração científica Taylorista e do Fordismo, sustentada pela massificação dos produtos e a divisão do trabalho nos faz perceber o mundo material numa ótica fragmentada. Ao longo do tempo, busca-se compreender os reflexos do modelo ocidental e do desenvolvimento acentuando principalmente na Europa, na qual cria situações de dependência dos países declarados como em desenvolvimento em relação aos desenvolvidos.

Apesar de todos os avanços tecnológicos e da abertura de mercado, os países denominados emergentes ou em desenvolvimento buscavam de toda forma diminuir o grande lastro entre os países hegemônicos. Os precursores das grandes discussões em relação a novas propostas com a finalidade de modificar a situação desses países considerados em desenvolvimento, principalmente na América Latina foi o movimento cepalino liderado por Prebisch e, posteriormente, uma influência mais forte de Celso Furtado no Brasil. Estes estudos revelam a preocupação em criar estruturas fortes baseadas na capacidade de transformar os *commodities* em



produtos com alto valor agregado, aplicando-se tecnologia e inovação, sustentado pelo incentivo na educação e conhecimento. Essa discussão inicia então uma valorização do território regional como meio de promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Faz surgir à necessidade de interação entre atores locais e seus governantes na promoção do desenvolvimento regional e local.

Nesse sentido, o desenvolvimento local está intimamente associado ao progresso material, pessoal e ilimitado, mas, sobretudo, é um produto da iniciativa compartilhada, da inovação e do empreendedorismo comunitários. (MARTINS, 2002) Apesar das Ciências Econômicas considerarem que o reflexo do desenvolvimento social tenha sido o desenvolvimento econômico, as experiências tem demonstrado que somente o desenvolvimento social poderá obter o desenvolvimento econômico, sendo necessários recursos econômico-financeiros, bem como naturais, culturais, humanos e sociais (D'ARAUJO, 2003). Para Putman (2006), a formação desses capitais é necessário criar um ambiente propício à participação social, onde interesses individuais de competitividade são obtidos através de colaboração.

Diante do exposto, o capital social torna-se um fator importante em relação ao desenvolvimento regional, regional ou endógeno. Sob essa perspectiva, este trabalho tem o objetivo de analisar a relação do binômio capital social e desenvolvimento regional em dissertações pesquisadas em bases acadêmicas brasileiras. Para cumprir com esse objetivo, o artigo está estruturado em cinco seções. A próxima seção discute o embasamento teórico, envolvendo desenvolvimento regional e capital social. Seguidamente, a terceira seção trata das questões metodológicas que orientaram o desenvolvimento da pesquisa. Posteriormente, são discutidos e analisados os resultados obtidos com a investigação. A última seção apresenta as considerações finais deste artigo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Primeiramente é preciso mencionar o conceito de região relatado por Hilhorst (1981), que descreve que a região é um determinado espaço, onde os seres humanos desenvolvem determinadas atividades, que são de natureza público-



administrativa, econômico, político, recreativo e social. A relação resultante dessas atividades terá uma dimensão espacial, na qual exigirão transporte e comunicação entre as várias distâncias que separam suas localizações. Nessa perspectiva afirma também que quanto mais elevado tenha sido o grau de desenvolvimento, quanto mais profundamente tenha sido alcançada a especialização, mais complicada será a cadeia de relações resultante (HILHORST, 1981).

Até o final da década de 1970, quando a teorias clássicas do desenvolvimento entram em crise, a região era vista como sendo algo inerte, um mero receptáculo, uma estrutura desprovida de sujeito. Contudo, a partir da década de 1980, este quadro ganhou novos olhares e aspectos de análise. O conceito de região é substituído pelo de território, e este, na maior parte das análises, passa a ser visto como um sujeito que através de um processo de retificação passa a ter condições de decidir sobre questões fundamentais. Hoje, o território, antes de qualquer coisa, importa (COSTA, 20010).

González (1999) reafirma essa questão, quando menciona que os impactos da globalização sobre o emprego, a industrialização e o bemestar econômico da população aparecem como grandes causadores do crescente protagonismo local na promoção do desenvolvimento econômico.

O que tem sido observado, desde o fim da década de 1980, é que, ao mesmo tempo em que ocorre um movimento de extroversão por parte das empresas e dos países, as regiões no interior dos países vêm mostrando um movimento de endogeneização. Tanto das decisões relacionadas ao seu destino quanto do uso dos meios e dos recursos utilizados no processo econômico. Isso mostra que a organização territorial deixou de ter um papel passivo para exercer um papel ativo diante da organização industrial (AMARAL FILHO, 2001).

De uma maneira geral pode-se constatar que o espaço para o desenvolvimento regional resulta do confronto de dois vetores: o primeiro é a escala para projetos de desenvolvimento. Deve haver um mínimo de escala, dependente principalmente de população e renda. O segundo é o da cooperação. Deve haver um tamanho máximo, dependente de vocação econômica, cultura, história, língua (CASAROTO FILHO; AMATO NETO, 2007).

Segundo Gonzáles (1999), há inúmeras razões para defender que a promoção do desenvolvimento econômico a partir do local. Este, portanto, é obtido



a partir da valorização dos recursos próprios, criando sinergias de crescimento econômico e bem estar ao invés de esperar por agentes externos. Esta abordagem dá uma importância aos fatores anteriormente negligenciados pela teoria e política econômica, como a cultura e o sentimento de pertencimento territorial.

Amaral Filho (2001) também corrobora com esta afirmativa mencionando que este modelo alternativo de desenvolvimento, pode ser definido como um modelo endógeno que parte das potencialidades socioeconômicas originais do local, em vez de como um modelo de desenvolvimento que parte do planejamento e da intervenção conduzidos pelo Estado nacional. Essa última modalidade, a qual ser associada àqueles casos de implantação de grandes projetos estruturantes, a qual procura satisfazer a coerência de uma matriz de insumo - produto nacional. (AMARAL FILHO, 2001).

Quase tão popular quanto a idéia de desenvolvimento local é idéia de desenvolvimento endógeno. O conceito de desenvolvimento endógeno vem como uma reação ao pensamento dominante e prática no desenvolvimento da terra nas décadas de 50 e 60, pensamento e prática enquadrada no paradigma industrial fordista. O desenvolvimento endógeno é o resultado de um forte processo de articulação dos atores locais e diversas formas de capital intangível, no contexto preferencial de um projeto político coletivo de desenvolvimento do território em questão. Qualquer processo de desenvolvimento endógeno está ligado ao desenvolvimento local de forma assimétrica: desenvolvimento local é sempre um desenvolvimento endógeno (Boisier, 2001).

Segundo Amaral Filho (2001), entre os modelos de desenvolvimento endógeno os casos mais interessantes e paradigmáticos são aqueles constituídos pelos sistemas de pequenas empresas ou de pequenos empreendimentos circunscritos a um território. Trata-se de sistemas que produzem verdadeiras intensificações localizadas de economias externas, que determinam intensas aglomerações de empresas, fabricando o mesmo produto ou gravitando em torno de uma produção típica. Ainda é necessário ressaltar que:

O grau de autonomia (comercial, tecnológica e financeira) desses sistemas é particularmente importante, e essa autonomia relativa é consequência de numerosas inter-relações entre as empresas e os diferentes setores produtivos locais, e também entre o sistema produtivo, o ambiente e o contexto locais. Isso pode ser entendido, ainda conforme a opinião do autor citado, como “meio” ou conjunto de fatores históricos, sociais e culturais



sedimentados na comunidade e nas instituições locais (AMARAL FILHO, 2001).

Do ponto de vista regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região (AMARAL FILHO, 2001).

2.2. CAPITAL SOCIAL

A noção de capital social é uma espécie de resposta a um dos mais decisivos mitos fundadores da civilização moderna, o de que a sociedade é um “conjunto de indivíduos independentes, cada um agindo para alcançar objetivo a que chegam independentemente uns dos outros, o funcionamento do sistema social consistindo na combinação destas ações dos indivíduos independentes” (ABRAMOVAY, 2000). Uma vertente do pensamento social contemporâneo denomina a base nos trabalhos de James Coleman (1990) e Robert Putnam, (1996), de capital social, que diz respeito a “...características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

O capital social não é uma entidade única, mas uma variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: todos eles consistem de algumas estruturas sociais do sistema operacional, e facilitam certas ações dos atores, sejam pessoas ou atores corporativos. Como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos fins que na sua ausência não seria possível. Como o capital físico e capital humano, capital social não é completamente fungível, mas pode ser específico para certas atividades. Uma dada forma de capital social que é valiosa para facilitar certas ações pode ser inútil ou até mesmo prejudicial para os outros (COLEMAN, 1988). Acrescentando a esse conceito, Putnam (1996) cita que uma característica específica do capital social é o fato de que ele normalmente constitui um bem público, ao contrário do capital convencional, que normalmente é um bem privado.



A configuração associativa, na medida em que é a fonte da confiança e das normas que constituem o estoque de capital social de uma determinada sociedade, possui um efeito determinante no desempenho das instituições e, no limite, na definição dos níveis de desenvolvimento dessa sociedade (SILVA, CORTÊS, 2009). Quanto maior o número de associações e o volume de filiados a elas, maiores os níveis de confiança (PUTMAN, 1996).

Ao explicar o conceito de capital social, Coleman (1988) identifica três formas: obrigações e expectativas, que dependem da confiabilidade do ambiente social, a capacidade de fluxo de informação da estrutura social, e as normas acompanhadas por sanções. A propriedade compartilhada pela maioria das formas de capital social que a diferencia de outras formas de capital é o aspecto público: o ator ou atores que geram o capital social normalmente capturam apenas uma pequena parte de seus benefícios.

O capital social corresponde a recursos cujo uso abre caminho para o estabelecimento de novas relações entre os habitantes de uma determinada região. “Assim como o capital convencional no caso dos mutuários convencionais [do crédito bancário], o capital social serve como uma espécie de garantia, estando porém disponível para os que não têm acesso aos mercados de crédito regulares. Não dispendo de bens físicos para dar em garantia, os participantes, na verdade empenham suas relações sociais (ABRAMOWAY, 2000).

Entende-se que a participação comunitária não se deve resumir a envolvimento esporádicos e parciais de alguns órgãos e instituições de representação social. Participação é empenho pessoal por um aprendizado difícil das regras e meios de se fazer ouvir, entender e atender. É importante visualizar a participação enquanto resultado do processo de construção social, portanto sujeito a fatores históricos e culturais. Neste sentido, a participação parece manter uma relação direta com a capacidade individual ou coletiva de interagir, cooperar, associar-se e confiar, isto é, com o chamado capital social. Embora complexo e conceitualmente ainda impreciso, o capital social assume patente visibilidade enquanto recurso potencial de desenvolvimento, tanto mais pelo fato de que tem seu aporte na dimensão cultural e não apenas sociológica ou espacial (MARTINS, 2002).



2.3. RELAÇÃO CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Está claro que o desenvolvimento regional não é um receituário de medidas prontas, tampouco padronizadas, para serem aplicadas em qualquer lugar, mas uma estratégia de ação coerente com os princípios e os pressupostos ecológicos e humanistas. O desafio maior é certamente criar e consolidar uma outra “cultura de desenvolvimento”, cujo objetivo mais importante é, por uma perspectiva cultural, a elevação do estado de bem-estar humano em todas as suas dimensões (psicossocial, ambiental e econômica). Neste sentido, o enfrentamento e a superação das distintas formas ou manifestações assumidas pela pobreza requer uma visão mais integrada e humanitária do próprio desenvolvimento. Requer uma visão mais dinâmica da própria pobreza, a ser entendida como fato historicamente determinado e como realidade sustentada por um conjunto de relações socioeconômicas e políticas.

Objetivar as pessoas e propor a sua participação em todo o processo de desenvolvimento (do planejamento à ação), mesmo que resultem em melhorias efetivas das condições materiais de vida, são insuficientes para assegurarem a continuidade do processo. O verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos, mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento. Isto implica rever a questão da participação (MARTINS,2002).

A estruturação do modelo alternativo de desenvolvimento regional, como sugerido por evolucionistas e institucionalistas, é realizada por meio de um processo, já definido por Boisier (1988), de “organização social regional” ou, como o define Schmitz (1997), de “ação coletiva”. Esse processo tem como característica marcante a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais; ampliação que coloca nas mãos desses o destino da economia local ou regional. Com base em valores tácitos ou subjacentes, os atores locais podem antecipar ou precipitar um “acidente histórico” positivo; podem evitar um “acidente histórico” negativo; assim como podem coordenar um processo em curso. É certo que a importância da história (condições iniciais) e das externalidades dinâmicas estão presentes tanto em Krugman quanto nos evolucionistas e institucionalistas. No



entanto, esses últimos reservam um lugar especial às estruturas sociais e às escolhas políticas (AMARAL FILHO, 2001).

A abordagem mais abrangente realizada por essa última corrente é possível, tendo-se em vista que ela toma um caminho metodológico semelhante àquele trilhado por Albert O. Hirschman, o qual pode ser caracterizado como um caminho holístico, sistêmico e evolutivo (AMARAL FILHO, 2001). Quando há a necessidade de organização entre os diversos atores: agentes econômicos, poder público, técnicos, sociedade e agentes e que necessita ações conjuntas em propósitos em comum com o objetivo do desenvolvimento regional, sempre há dificuldade no relacionamento e no engajamento de todos, por vários motivos. Falta de confiança na própria capacidade; dependência dos membros com relação aos agentes públicos ou articuladores; sentimento dos agentes públicos de que a organização social é um adversário ao seu próprio poder; ingerência político-partidária na vida das organizações; falta de preparo dos próprios técnicos; baixa participação da sociedade civil local; baixa informação de seus membros; participação exclusivamente de determinada gênero, com exclusão de outras.

Casarotto Filho; Pires (1998), afirmam que o pressuposto básico para a mudança desta situação está num mínimo de consenso em torno de um projeto de desenvolvimento que denominado “pacto territorial” e que deve responder a cinco requisitos:

- a) mobilizar os atores em torno de uma “ideia guia”.
- b) contar com o apoio destes atores não apenas na execução, mas na própria elaboração do projeto.
- c) definir um projeto que seja orientado ao desenvolvimento das atividades de um território.
- d) realizar o projeto em um tempo definido.
- e) criar uma entidade gerenciadora que expresse a unidade (sempre conflituosa, é claro) entre os protagonistas do pacto territorial (CASAROTTO FILHO; PIRES,1998).

Trata-se, em última análise, da construção de um novo sujeito coletivo do desenvolvimento que vai exprimir a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada região (ABRAMOVAY, 2000). Entretanto, as experiências bem sucedidas caracterizam-se sistematicamente pela ampliação do círculo de relações sociais dos assentados no plano político, econômico e social.

Entende-se que criar as condições para que a comunidade efetivamente exerça este protagonismo se afigura como o maior desafio para que o desenvolvimento local aconteça, considerando que, diferentemente da Europa,



estamos diante de realidades locais nas quais persistem algumas ausências importantes: da cidadania, da identificação sociocultural e territorial e do sentido de vizinhança (MARTINS, 2002).

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa classifica-se como uma pesquisa explicativa, baseada no método bibliográfico em uma perspectiva de análise bibliométrica. A interpretação dos dados baseou-se numa análise documental, a partir de fontes secundárias coletadas em repositórios e bases de dados acadêmicas disponibilizadas em ambiente eletrônico disponível na *web*. Desta forma, foi desenvolvida uma análise qualitativa a partir do objetivo da investigação em relação ao material coletado.

Como recorte metodológico, optou-se pela utilização de referencial teórico publicado com base nos estudos desenvolvidos na área de desenvolvimento regional, utilizando-se como objeto de investigação, especificamente as dissertações publicadas nos últimos cinco anos nas principais bases de dados brasileiras.

As bases de dados utilizadas para o procedimento da coleta de dados desta pesquisa foram: Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (Catálogo Nacional); Domínio Público (Ministério da Educação do Brasil); Biblioteca Digital da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Sistema de Publicação de Teses e Dissertações Universidade de Brasília (UnB); Biblioteca Digital da UNICAMP (SP); Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP; Biblioteca Digital da UNESP; Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Ainda com relação ao procedimento de coleta de dados, o mesmo foi realizado a partir dos mecanismos de busca avançada disponibilizados nestes repositórios digitais, com a busca sendo orientada principalmente por palavra-chave.

Contudo, considerando a diversidade de terminologias para o conceito de Desenvolvimento regional, foi necessária a utilização de várias buscas envolvendo cada um dos seguintes termos: desenvolvimento local, desenvolvimento regional, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento regional sustentável, desenvolvimento local sustentável.



Complementarmente, ainda foi necessária uma leitura rápida do título e dos resumos disponibilizados para cada item retornado pelo mecanismo de busca, objetivando analisar a correta relação do item (dissertação encontrada) com o escopo proposto. Assim, posteriormente foi possível identificar o eixo central de análise de cada dissertação selecionada, bem como o percentual de ocorrência para cada uma destas temáticas, formando um quadro de análise comparativa, o qual pode ser visto no quadro 1.

Quadro 1 – Percentual de dissertações encontradas por eixo de análise.

EIXO CENTRAL DE ANÁLISE	OCORRÊNCIA (%)
01. Atores sociais, participação social e Conselhos Comunitários	9,16
02. Políticas Públicas	23,44
03. Turismo	6,96
04. Educação	6,23
05. Atividades e setores econômicos	15,75
06. Capital social	2,20
07. Aspectos econômicos e políticos Internacionais	1,83
08. Cooperativismo e Economia Solidária	5,86
09. Cultura, Identificação Geográfica e Marco Territorial	2,20
10. Tecnologia e Inovação	5,49
11. Infraestrutura e espaço urbano	2,93
12. Revisão conceitual, modelos e índices de análise	3,66
13. Comunicação	1,47
14. Arranjos Produtivos Locais	5,86
15. Análise do Espaço Rural e Agricultura familiar	4,40
16. Recursos Naturais e Sustentabilidade Ambiental	2,56

Fonte: os autores (2014).

A partir deste quadro, encaminha-se para a próxima seção, a qual discute os resultados encontrados na coleta de dados, com a respectiva análise das dissertações que possuem maior proximidade com a pesquisa proposta neste artigo.



4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a análise realizada em todas as dissertações pesquisadas, observa-se uma variedade de abordagens em relação ao tema proposto. Foram encontrados 16 eixos de análises centrais. Entretanto, os estudos de maior relevância discorrem a respeito de políticas públicas e atividades específicas ou ramos de atividades relacionados à temática em discussão neste artigo.

Considerando a proposta de análise bibliométrica, foram analisadas as dissertações que apresentaram uma discussão da relação entre desenvolvimento regional e capital social, classificadas no item 6 do quadro 1. Diante do exposto, o quadro 2 apresenta a relação das discussões selecionadas para a análise proposta neste artigo.

Quadro 2 – Dissertações selecionadas para a análise e discussões.

	TÍTULO	AUTOR	ANO DE DEFESA	UNIVERSIDADE	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO
01	A Agricultura familiar no município de Solânea (PB): o capital social no contexto do desenvolvimento territorial.	Érika Sales Ferreira	2010	Universidade de Brasília (UnB)	Geografia
02	A formação do Capital social baseada em organizações intensivas em conhecimento como fator de desenvolvimento local: estudo de caso de uma associação de empresas de tecnologia.	Deborah Bernadett Leal da Silva	2010	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Engenharia e Gestão do Conhecimento
03	Rádio Comunitária, Gênero e Capital social: a experiência da Alternativa FM, emissora da Associação das Mulheres de Nazaré da Mata – Amunam.	Ivanice Oliveira Lima	2010	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRP)	Extensão Rural e Desenvolvimento Local
04	Capital social e Desenvolvimento Local: a experiência de Campo de Brito (SE)	Sebastião Correia de Lima Filho	2010	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais
05	Educação Empreendedora e desenvolvimento Local: uma análise da “Pedagogia Empreendedora” em São João Del Rei, Minas Gerais.	Júnia Fátima do Carmo Guerra	2010	Centro Universitário (UNA)	Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local
06	Desenvolvimento Regional e Mensuração do Capital social em três regiões pertencentes a Secretarias de Desenvolvimento Regional do extremo oeste de Santa Catarina.	Alyne Sehnem	2011	Universidade de Caxias do Sul (UCS)	Administração
07	Desenvolvimento Local e nível de organização: estudo da disparidade entre dois municípios da região de Toledo (PR).	Adalberto Telesca Barbosa	2012	Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Desenvolvimento Regional e Agronegócios
08	Desenvolvimento Local: estudo dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras no Oeste do Paraná (1945-2010)	Tatiane Dinca	2012	Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Desenvolvimento Regional e Agronegócio
09	Cooperativismo, Capital social e Desenvolvimento Local: o caso da COAPROCOR de Corumbataí do Sul e região.	Tiago Martins da Silva	2013	Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Desenvolvimento Regional e Agronegócio

Fonte: os autores (2014).



A primeira dissertação buscou compreender o capital social no processo de desenvolvimento da agricultura familiar no município paraibano de Solânea, em uma área de transição entre duas unidades morfoclimáticas, o Brejo e o Curimataú, sendo uma árida e outra semiárida. O estudo procurou levantar as características históricas e sociais do município, bem como dos aspectos físicos ou naturais da região, buscando entender se estes exercem influência na dinâmica de produção e organização dos agricultores locais, atuando ativamente no processo de socialização dos mesmos. Os indicadores apresentados através da metodologia desenvolvida pelo Banco Mundial no Questionário Integrado para Mensuração do Capital social (SC-IQ) não foram muito significativos em relação à região sul do país, mas a autora menciona que o município demonstrou potencial em se tratando dos aspectos culturais, históricos e imateriais, todos de relevância para o fortalecimento da autoestima dos agricultores familiares e, conseqüentemente, para alcançar o desenvolvimento do território. Ainda menciona que, o desenvolvimento decorre da capacidade cultural acumulada territorialmente, dos agentes sociais, políticos e econômicos de uma região para construir de forma coletiva e associada seu próprio padrão de desenvolvimento (FERREIRA, 2010).

A dissertação seguinte explora a problemática da formatação do capital social baseada em organizações intensivas em conhecimento como fator de desenvolvimento local sustentável, considerando-se particularmente o compromisso com a participação, a aderência social e o engajamento do agente no processo de mobilização em rede. Tomando como base a Associação Catarinense de Empresas de Tecnologias, na qual possui 250 (duzentos e cinquenta) empresas de tecnologia associadas, e atua em diversas regiões do Estado de Santa Catarina. No entanto, este estudo faz um recorte e pesquisa a ACATE e seus componentes frente à formação do capital social. A conclusão do estudo aponta que os organismos internacionais trabalham com o tema do capital social sob a perspectiva instrumental, e nesse caso, o recorte proposto na amostragem da pesquisa, poderá permitir entender mais sobre a hipótese de que determinadas localidades apresentam melhores índices de desenvolvimento que outras considerando o capital social formado pelas OIC (SILVA, 2010). A autora também disserta que o capital social assume um papel relevante para situações onde a cooperação e o consenso



entre os atores sociais seja um fator capaz de respostas sustentáveis para a sociedade.

O objetivo da terceira dissertação é compreender a contribuição da Rádio Comunitária Alternativa FM para o desenvolvimento do capital humano e capital social das mulheres envolvidas nas ações da organização não governamental Associação das Mulheres de Nazaré da Mata – Amunam, situada na Zona da Mata Norte de Pernambuco, Tracunhaem e Buenos Aires. Trata-se de um estudo de caso que utilizou técnicas combinadas de coleta de dados. Mesmo diante de tantos avanços que as mulheres radialistas acreditam ter obtido através do trabalho da Alternativa FM, há de se considerar que o capital humano e o capital social ainda estão em formação (LIMA, 2010).

A quarta dissertação estuda a correlação entre capital social e o desenvolvimento sustentável, através da experiência da Cooperativa dos Produtores de Farinha de Mandioca do município de Campo Brito (SE), conhecida como Coofama. O autor conclui que há um elo entre capital social e desenvolvimento sustentável no caso específico. Apesar do termo “desenvolvimento sustentável”, o conceito refere-se a uma perspectiva mais ampla, ao contrário de um desenvolvimento que busca somente um crescimento econômico. Nesse sentido, salienta também que, “o conceito de capital social assume um relevante papel na busca de um modelo de desenvolvimento da localidade, onde as interações entre as pessoas, comunidades, instituições (públicas e privadas), poderes públicos (federal, estadual e municipal) são essenciais a essa proposta desenvolvimentista” (LIMA FILHO, 2010).

A próxima dissertação discute os desdobramentos da Pedagogia Empreendedora sobre o desenvolvimento regional no município e sugerir possíveis ações que permitam, tal prática, dotar de maior efetividade e impacto nas futuras políticas educacionais voltadas ao desenvolvimento regional. Também se discute e relaciona conceitos sobre capital social e ação social que caracterizam a mobilização, articulação e cooperação entre atores sociais, além das propostas teóricas sobre empreendedorismo e empreendedorismo social com o intuito de compreender a Pedagogia Empreendedora e seus desdobramentos no desenvolvimento regional. Os resultados indicam que a Pedagogia Empreendedora, ao não compreender o conflito como caráter inerente à constituição de qualquer



comunidade e não considerar as etapas intermediárias de um projeto socioeducacional, dando ênfase ao produto final, descaracterizou os princípios básicos que estimulam o desenvolvimento regional sustentável dificultando a sua concretização enquanto projeto social (JÚNIA, 2010).

A mensuração dos níveis de capital social e desenvolvimento a partir de indicadores socioeconômicos nas regiões pertencentes à Secretaria de Desenvolvimento Regional no Extremo Oeste de Santa Catarina, especificamente àquelas sediadas nas cidades de Itapiranga, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira, foi objetivo de estudo da sexta dissertação. Os resultados da pesquisa demonstram que o objetivo geral foi atingido, uma vez que foi possível visualizar a relação existente entre os indicadores de desenvolvimento regional e o capital social nas regiões analisadas. As regiões com os melhores resultados nos indicadores possuem também as melhores médias nos níveis de capital social (SEHNEM, 2011). A autora frisa que o capital social é maior nas sociedades em que há menor desigualdade nos grupos e diferenças étnicas. A distribuição igualitária da renda propicia maior harmonia e coesão social. As desigualdades diminuem os estoques de capital social, afetando fortemente a economia da população.

Os estudos da sétima dissertação busca analisar a organização das sociedades locais a partir de suas entidades associativas, fazendo a comparação entre dois municípios da região, Maripá e São Pedro do Iguazu, os quais apesar da similaridade nos aspectos territoriais, tamanho da população e equidistância ao município polo regional, apresentam alta discrepância quando confrontado ao seu nível de desenvolvimento. O resultado dessa pesquisa apontou que, o estoque de capital social dos dois municípios mostrou diferenças importantes e que podem explicar a diferença no nível de desenvolvimento regional (BARBOSA, 2012).

O autor ainda justifica que, as organizações sociais existentes no município com maior nível de desenvolvimento regional, apresentam em maior quantidade e tem maior diversidade no seu objeto, formando uma rede de entidades associativas as quais unem interesses econômicos-produtivos, sociais, culturais, recreativos e religiosos. Essas entidades estão a serviço da sociedade civil promovendo a união de interesses que convergem para a produtividade ou aspectos relacionados à comercialização, além de promover o bem estar de seus associados sendo também



utilizadas pelo poder público local na realização de atividades de interesse comum da população.

A oitava dissertação analisou a trajetória histórica de desenvolvimento de Pato Bragado e São José das Palmeiras, localizadas no oeste paranaense. A pesquisa mensurou o capital social, utilizando-se do levantamento de número de organizações associativas. Os resultados da pesquisa revelam que a trajetória histórica é decisiva para o processo de desigualdades dos municípios estudados. Em suma, o município de Pato Bragado tem um maior desenvolvimento regional em relação a este parâmetro do que o município de São José das Palmeiras (DINCA, 2012).

A autora ainda finaliza que, o desenvolvimento requer crescimento nos níveis de organização social, o que tem sido denominado de capital social. Quanto maior a capacidade das pessoas se associarem em torno dos objetivos comuns, maiores serão os indicadores de capital social e conseqüentemente maior será o seu desenvolvimento regional.

Por fim, a nona dissertação busca avaliar a importância da organização cooperativa agropecuária no processo de desenvolvimento regional sustentável em Cumbataí do Sul bem como seus efeitos junto aos pequenos produtores arrolados a COAPROCOR. Para isso, o estudo procura identificar se houve influencia do cooperativismo no processo de desenvolvimento da comunidade cooperada local e avaliar a participação do cooperativismo no fortalecimento do capital social na comunidade cooperada local (SILVA, 2013).

Acredita-se que o processo de desenvolvimento em Corumbataí do Sul está associado ao tipo de organização existente, desde que a mesma possua uma característica de desenvolvimento endógeno, como foi o caso da cooperativa COAPROCOR, sendo possível observar o fato tanto na discussão teórica quanto na pesquisa de campo. Observou-se também que a criação de laços de confiança, a cooperação e a credibilidade são ganhos paralelos que promovem o fortalecimento do capital social. Resulta ainda, sob os olhos dos associados que a Cooperativa contribui de forma significativa para o desenvolvimento regional local integrado e sustentável.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro da nova perspectiva de desenvolvimento, a partir do contexto regional, as pessoas passam a ter um papel preponderante e essencial para que haja uma transformação e melhoria da qualidade de vida das pessoas, não só economicamente, mas também socialmente e culturalmente. Nesse sentido, o capital social faz-se presente através da relação entre os diversos atores locais, na articulação e no trabalho conjunto de forma sistemática e sinérgica. Quanto maior for essa sistematização e a sinergia, maior será o estoque de capital social dessa região e possivelmente, maiores as condições para o desenvolvimento.

Este trabalho retrata de forma significativa as discussões em relação ao desenvolvimento regional nos trabalhos de conclusão dos diversos programas de pós-graduação pelo país, evidenciado pela quantidade e diversidade das abordagens evidenciadas nas dissertações levantadas no presente estudo. Entende-se que o desenvolvimento regional, como apresentado nessas discussões, é analisado sobre vários pontos de vistas e pode estar relacionado aos diversos fatores e atores de nossa sociedade.

Há de mencionar que a grande maioria das dissertações selecionadas são provenientes de programas de pós-graduação na área de concentração em desenvolvimento regional ou local. Isso fica evidente quando constatamos que 66% dos trabalhos envolvendo capital social e desenvolvimento regional, são provenientes dessa área.

Ademais, é evidente que o desenvolvimento regional está relacionado aos aspectos sociais, econômicos, educacionais, políticos, culturais, tecnológicos e ambientais. Porém, apesar da ampla discussão relacionada ao tema e ficar evidente o papel dos atores sociais nessa discussão, há poucos trabalhos que discutam profundamente a temática relacionada ao capital social.

Diante do exposto, encaminha-se como sugestão para trabalhos futuros, a ampliação deste quadro de análise, incluindo na análise bibliométrica, as teses e artigos produzidos pela comunidade científica brasileira.



REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural** *Economia Aplicada* – volume 4, nº 2, abril/junho 2000.

ALBUQUERQUE, Francisco. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural**. Traduzido por Antonio Rubens Pompeu Braga. Fortaleza: BNB, 1998.

AMARAL FILHO, Jair do. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**. IPEA: Revista Planejamento e Políticas Públicas. N. 23, jun, 2001.

BARBOSA, Adalberto Telesca. **Desenvolvimento Local e nível de organização: estudo da disparidade entre dois municípios da região de Toledo (PR)**. Dissertação - Desenvolvimento Regional e Agronegócios, Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Toledo, 2012.

BOISIER, Sergio. **Desarrollo (local): ¿ De qué estamos hablando ?** In: MADOERY, Oscar; BASQUERO, Antonio Vásquez (eds). Transformaciones globales, Instituciones Y Políticas de desarrollo local. Rosario: Editorial Homo Sapiens, 2001.

CASAROTO FILHO, Nelson. AMATO NETO, João. **Cooperação entre pequenas empresas, garantia mutualista e desenvolvimento regional: reflexões sobre sistemas de garantia de crédito**. REAd – Revista Eletrônica de Administração. Ed. 57, vol 13, N. 3, set-dez, 2007.

CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luis Henrique. **Rede de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local – Estratégias para a Conquista da Competitividade Global com Base na Experiência Italiana**. São Paulo: Editora Atlas, 1998.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira Cavalcante. **Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização**. Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. 2007.

COLEMAN, James S. **Social Capital in the Creation of Human Capital**. American Journal of Sociology 94, pp. 95-120, 1988.

_____. **Foundations of Social Theory** – The Belknap Press of Harvard University Press. Cambridge, Londres, 1990.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Mais Gráfica Editora: Brasília, 2010.

CUERVO, Luis Mauricio. **Desarrollo Económico Local: Leyendas Y realidades**. Territorios, enero (1). Universidad de lós Andes, Bogotá – Colômbia, p. 9-24, 1999.

D`ARAÚJO, Maria Celina Soares de. **Capital social**. São Paulo: Jorge Zahar, 2003.



DINCA, Tatiane. **Desenvolvimento Local: estudo dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras no Oeste do Paraná (1945-2010)**. Dissertação - Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Toledo, 2012.

FERREIRA, Érika Sales. **A Agricultura familiar no município de Solânea (PB)**. Dissertação – Departamento de Geografia. Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

GUERRA, Júnia Fátima do Carmo. **Educação Empreendedora e desenvolvimento Local: uma análise da “Pedagogia Empreendedora” em São João Del Rei, Minas Gerais**. Dissertação - Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Centro Universitário (UNA). Belo Horizonte, 2010.

HILHORST, Jos G. M. **Planejamento Regional**. ZAHAR EDITORES. 3. Ed, 1981.

LIMA FILHO, Sebastião Correia de. **Capital social e Desenvolvimento Local: a experiência de Campo de Brito (SE)**. Dissertação - Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais. Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão, 2010.

LIMA, Ivanice Oliveira Lima. **Rádio Comunitária, Gênero e Capital social: a experiência da Alternativa FM, emissora da Associação das Mulheres de Nazaré da Mata – Amunam**. Dissertação - Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRP). Recife, 2010.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. **Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas**. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 3, N. 5, Set. 2002.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SEHNEM, Alyne. **Desenvolvimento Regional e Mensuração do Capital social em três regiões pertencentes a Secretarias de Desenvolvimento Regional do extremo oeste de Santa Catarina**. Dissertação – Administração, Universidade de Caxias do Sul (UCS). Caxias do Sul, 2011.

SILVA, Deborah Bernadett Leal da. **A formação do Capital social baseada em organizações intensivas em conhecimento como fator de desenvolvimento local: estudo de caso de uma associação de empresas de tecnologia**. Dissertação – Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2010.

SILVA, Marcelo Kunrath; CORTES, Soraya Vargas. **Fundamentos da confiança: associativismo, instituições político-administrativas e capital social na Região Metropolitana de Porto Alegre**. *Cadernos Metropole*. São Paulo: EDUC. N. 21, 2009.



SILVA, Tiago Martins Da. **Cooperativismo, Capital social e Desenvolvimento Local: o caso da COAPROCOR de Corumbataí do Sul e região**. Dissertação - Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Toledo, 2013.

